

Do gueto à partilha nos Museus do Algarve

Dália Paulo

Resumo

Partindo da noção de rede até à sua utilização no âmbito da museologia, este trabalho começa por fazer uma cartografia das redes museológicas de carácter geográfico em Portugal, para chegar ao nosso caso de estudo: a Rede de Museus do Algarve.

Fez-se uma análise comparativa de dezanove casos inventariados, que nos permitiu tipificar três tipos de redes relativamente à abrangência territorial e à diversidade de tutela: municipais, concelhias e mistas.

Este estudo analítico possibilitou, ainda, identificar como processo-chave para a constituição destas redes a necessidade de comunicar de forma ágil e rápida, em dois sentidos: entre pares e com os públicos.

No caso da rede museológica do Algarve faz-se uma análise dos factores que levaram à mudança de mentalidade e à criação da rede, um percurso que levou uma década a ser percorrido. Explica-se, também, os métodos de trabalho que estiveram na origem da constituição da Rede de Museus do Algarve e analisa-se a missão e os princípios que a regem. Por fim, faz-se o balanço dos dois anos de existência desta rede e perspectiva-se a sua acção no futuro.

Palavras-chave: Redes; Redes museológicas; Rede de Museus do Algarve.

1. Introdução

Iniciámos, há dois anos, um trabalho de investigação no âmbito de um Doutoramento em Museologia que se propõe estudar e problematizar o contributo dos museus algarvios na construção da imagem regional. No estudo que ora apresentamos, o recorte incide sobre o caminho percorrido pelos museus da região do Algarve na última década até à criação da Rede de Museus do Algarve, em 2007. A delimitação temporal prende-se com três acontecimentos que contribuíram para iniciar um caminho de mudança na museologia regional: a realização do VIII Encontro de Museologia e Autarquias em Portimão (1997), a criação da Rede Portuguesa de Museus (2000) e a publicação da Lei Quadro de Museus Portugueses em 19 de Agosto de 2004, que pressupõe a criação de núcleos regionais de apoio (artigos 107.º e 108.º).

Assim, definiram-se como objectivos gerais: identificar e analisar a noção de rede tecnológica e de informação; fazer uma síntese de como a *sociedade em rede* chega à museologia; analisar e comparar experiências de redes territoriais portuguesas. Como objectivos específicos para o estudo de caso: analisar os *inputs* que estiveram na origem da mudança de atitude e da criação da rede; identificar o funcionamento da Rede de Museus do Algarve e verificar como a acção da rede está a contribuir para o reforço da imagem regional. A metodologia proposta passa por, inicialmente, abordar a noção de rede e, conseqüentemente, de redes museológicas; seguida de um diagnóstico do tecido museológico regional e de uma leitura crítica sobre os dois anos de actividade da Rede de Museus do Algarve.

2. Das redes de informação às redes museológicas

Ao iniciar um trabalho sobre redes temos, obrigatoriamente, de abordar a revolução tecnológica realizada a partir da década

de 60 do século XX e que teve como foco principal os Estados Unidos da América. Foi este impulso tecnológico que permitiu o surgimento de uma nova era: a da *sociedade em rede*.

O conceito operático de rede, estritamente ligado à tecnologia, rapidamente se estende às relações sociais e modifica a forma como os actores sociais se relacionam entre si. Podemos ir mais longe e afirmar que a grande diferença entre esta revolução tecnológica e as anteriores é que agora “são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre as tecnologias” (Castells, 2007: 87). Isto significa que estávamos perante uma mudança de paradigma social que se caracterizou pela fácil e rápida disseminação da informação, como matéria-prima de trabalho, modificando o modo de acesso à mesma, que até então se fazia de forma hierárquica e estratificada, com fluxos unilaterais. Este caminho permitiu o aparecimento de novas formas de organização social: as redes. As redes são estruturas de comunicação abertas e ilimitadas que permitem uma flexibilidade entre os vários nós dessas redes. E, por outro lado, ritmos e fluxos de comunicação variáveis e que se reajustam a cada nova necessidade de forma “quase” orgânica. Castells afirma mesmo que as redes são “instrumentos apropriados para uma cultura de desconstrução e reconstrução” (Castells, 2007: 607). Sem pretendermos ser exaustivos, interessa para este trabalho a definição que Paul Baran, na década de 60 do século XX, faz de três tipos redes de comunicação: centralizadas, descentralizadas e distribuídas. Nas redes centralizadas, segundo o autor, todos os nódulos estão ligados directamente a um núcleo central, enquanto que nas redes descentralizadas funcionam em simultâneo vários núcleos. Por seu lado, as redes distribuídas permitem uma comunicação mais eficaz e uma polarização maior.

Para a área em análise – os museus – estas definições de Paul Baran aplicam-se de forma muito concreta nas redes existentes em Portugal, mas a este assunto voltaremos quando

analisarmos as redes museológicas de âmbito territorial.

Por agora, interessa-nos voltar à definição de rede e reforçar a ideia de como a passagem de um conceito de base tecnológica modifica a sociedade. Desde a economia à produção e ao emprego esta *revolução* conceptual e prática permitiu encurtar distâncias e redefinir as noções de tempo e espaço. E podemos perguntar: qual o papel da identidade e da cultura? Como se adaptaram? As novas formas de comunicação levam a uma atemporalidade que devemos questionar e onde a noção de espaço se transformou do local para o global. Estas são duas questões que os museus devem perceber e trabalhar, assim como todas as representações sociais que daí resultam devem ser usadas como potenciadoras de novos discursos e não como atavismos que nos barram o caminho.

As redes são m instrumento que permite, na sociedade actual, organizações de geometria variável. Essas organizações chegaram à museologia e, antes de passar a essa análise, terminamos com as definições de rede de Kelly e de Mulgan, respectivamente: “a única organização capaz de crescimento sem preconceitos e aprendizagem sem guias” e “as redes são criadas para melhorar a comunicação” (Castells, 2007: 87 e 88). Com estas citações fazemos a ponte para as redes museológicas, pois estas redes vieram quebrar barreiras e preconceitos nos museus portugueses e na sua forma de trabalhar e de se relacionar, contribuindo, muito significativamente, para potenciar a comunicação entre museus e dos museus com os seus públicos.

2.1. A noção de rede na museologia portuguesa e a criação da Rede Portuguesa de Museus

Vamos considerar, para o âmbito deste trabalho, que a noção de rede chega à museologia portuguesa pela mão de João Couto. O então director do Museu Nacional de Arte Antiga propõe a criação,

em 1941, de uma “Rede de Museus do Estado”. Essa rede, na opinião do autor, devia ser alargada e vir a contemplar o apoio a Museus que dependessem de autarquias locais (Camacho *et alli*, 2001: 12).

Porém, esta sugestão não teve consequências e as missões da Unesco, realizadas a pedido do Governo português por Per Uno Agren (1976 e 1979), voltam a por a tónica na questão da implementação de uma rede museológica nacional. No documento de 1979, o especialista preconiza como acções a longo prazo: a criação de uma “uma rede de museus”, tendo como base a constituição e o reforço dos museus regionais, considerados como irradiadores territoriais dessas redes. Especificamente para o caso em estudo – o Algarve – o autor indica ainda a necessidade de criar uma organização de museus da região, com vista à potenciação e integração dos recursos existentes (Agren, 1979:10).

Em 1981, o Plano Museológico Nacional, apresentado à tutela por Natália Correia Guedes, presidente do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), inclui como um dos objectivos a constituição de uma “rede museológica nacional”, bem como a realização de protocolos de colaboração com museus de zonas do País onde não existissem museus dependentes do IPPC (Camacho *et alli*, 2001: 14), como é o caso da região algarvia¹.

A questão da constituição de redes começa a ser um factor constante nas preocupações e nas necessidades dos profissionais de museus, sobretudo a partir de finais da década de oitenta do século XX. Recorde-se, nesse tempo, o encontro da Amadora sobre Museus Locais da Região de Lisboa, tendo como uma das principais conclusões a necessidade de um trabalho em rede.

¹ No Algarve esse trabalho começou a ser realizado com o Museu Regional do Algarve, que coordenaria os restantes museus da região como indicava o Plano Museológico Nacional, mas nunca deu resultados.

Contextualizar a noção de rede museológica portuguesa implica, também, referir o papel que a sociomuseologia, através das Declarações Internacionais – Santiago do Chile (1972), Quebec (1984) e Caracas (1992) – teve na mudança de mentalidades e, sobretudo, no alargamento do conceito de museu a novas realidades e a uma intervenção social mais activa. O museu novo, como denominado na Declaração de Santiago do Chile, exigia novas formas de trabalhar, novos desafios e novas articulações. Estes reflexos chegam a Portugal através do papel pioneiro de Mário Moutinho e da organização dos Encontros de Museologia e Autarquias que trouxeram para a discussão, desde o início, a questão da articulação territorial e das redes.

Em meados da década de noventa do século XX e, particularmente, nos Encontros de Museologia e Autarquias, promovidos pela Universidade Lusófona, realizados no Seixal (1996) e em Portimão (1997) a noção de rede museológica e a sua pertinência voltava a ser questionada, depois da grande explosão de museus nos anos oitenta e princípios da década seguinte.

No Encontro do Seixal, Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo apresenta três tipos de redes museológicas: interligadas por uma “instância coordenadora”, com partilha de funções pelos vários núcleos; providas de “variantes”, onde a comunicação se faz entre unidades de desigual estruturação funcional e logística e, por fim, as redes “ramificadas” e “intersticiais”, que estimulam o vigor criativo e comunicativo dos núcleos e que podem ir além dos limites territoriais municipais. (Lameiras-Campagnolo, 1998: 104). Aqui impõe-se fazer o paralelo com os três tipos de redes que Paul Baran definiu: centralizada = instância coordenadora; descentralizada = variantes e distribuída = ramificadas ou intersticiais. Consideramos que também nas redes com uma “instância centralizadora” há comunicação entre unidades com estruturas desiguais, como veremos na análise específica das redes museológicas territoriais. Mas antes desses casos específicos, detenhamo-nos ainda no

encontro do Seixal e nas suas recomendações finais:

“Conjugação de esforços e contactos no sentido de concertar projectos, iniciativas e realizações, quer ao nível do apoio técnico e científico e de troca de experiências, quer ao nível das formações, entre entidades museais e organismos de tutela, nomeadamente sob a forma de redes” (AA.VV, 1998: 294).

Importa referir que este encontro foi realizado numa região – Setúbal – que na década de oitenta foi pioneira na tentativa de construir uma rede de museus do respectivo distrito. Esta rede foi pioneira e importante à época para os profissionais que estavam a começar, mas a tentativa de institucionalizar a “rede” foi o princípio do fim desta experiência inovadora.

O outro encontro de Museologia e Autarquias foi realizado em Portimão, cinco meses depois da publicação da Lei Orgânica do Instituto Português de Museus, Decreto Lei n.º 161/97 de 26 de Junho 1997. Este novo diploma legal indicava a criação da Rede Portuguesa de Museus, nomeadamente no artigo 4.º onde especificava que:

“A Rede Portuguesa de Museus será constituída por museus dependentes do IPM ou pertencentes ao Estado, a autarquias ou a outras pessoas colectivas públicas ou privadas que integrem nos seus acervos espécies de reconhecido valor e interesse”.

Foi o primeiro fórum público onde se debateu a futura Rede Portuguesa de Museus, sua estrutura e suas orientações. Dá-se disso nota nas conclusões do encontro com a inclusão de três orientações para a nova rede nacional de Museus: cooperação nacional e local na interacção e no apoio a projectos de formação, de mobilidade de pessoal, de conservação, de investigação, de

comunicação; horizontalidade e flexibilidade das estruturas em rede e transversalidade na relação institucional e respeito pela individualidade; realização de um levantamento real e rigoroso do panorama museológico nacional para facilitar a definição de critérios comuns, bem como a criação de serviços descentralizados de apoio². (AA.VV, 1997: 2)

Ainda do documento síntese com as conclusões de Portimão, duas outras referências devem ser feitas: a proposta de criação de programas inter-museus e de criação de Centros Regionais de recursos museológicos e a criação da Associação dos Museus Municipais com o apoio da Associação Portuguesa de Museologia³. Após um intenso trabalho de preparação, a 23 de Maio de 2000 é instituída a Estrutura de Projecto da Rede Portuguesa de Museus⁴, com uma duração de três anos. Salientamos que o despacho reconhecia a diversidade museológica nacional e a sua forte expressão, pretendendo trabalhar de forma integradora e respeitadora dessa realidade. Contudo, pode parecer algo contraditório, um dos objectivos era o de normalizar⁵ o tecido museológico português justificando a opção para se conseguir a “salvaguarda das memórias e heranças colectivas e da indispensável participação na vida social e cultural das comunidades” (Despacho n.º 616/2000).

² O que viriam a ser designados por “Núcleos de Apoio a museus” na Lei Quadro de Museus Portugueses, artigo 107.º e 108.º, Lei 47/04 de 19 de Agosto.

³ Esta ideia não foi desenvolvida mas foi criada, a 7 de Dezembro de 2000, no seio da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a “Secção de Municípios com Museu”. Esta secção realizou a Festa dos Museus na Maia em 2003 mas não tem desenvolvido trabalho regular.

⁴ Despacho n.º 616/2000. Em 2005, por Resolução do Conselho de Ministros de 30 de Junho, é denominada de Estrutura de Missão Rede Portuguesa de Museus. E, na sequência do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e da criação do Instituto de Museus e da Conservação (fusão entre Instituto Português de Museus e Instituto Português de Conservação e Restauro) é integrada na estrutura orgânica como Divisão de Credenciação e Qualificação.

⁵ Esta questão foi repensada e nas “Linhas Programáticas da Rede Portuguesa de Museus” afirma-se claramente que: “os propósitos da Rede Portuguesa de Museus (...) não visam normalizar ou uniformizar os museus” (Camacho & *allí*, 2001: 37).

A constituição da Rede Portuguesa de Museus foi acompanhada de uma profunda reflexão e auscultação dos profissionais de museus e das suas carências. Em 2001, editam-se as “Linhas Programáticas da Rede Portuguesa de Museus”. Deste estudo destacam-se os fundamentos para a constituição da RPM: explosão museológica (pós 25 de Abril de 1974); falta de articulação regional e a quase inexistência de projectos intermunicipais e o fraco conhecimento da realidade museológica nacional⁶.

A Rede Portuguesa de Museus é “um sistema de mediação e de articulação entre entidades de índole museal, tendo por objectivo a promoção da comunicação e da cooperação com vista à qualificação da realidade museológica portuguesa” (Camacho & *alli*, 2001: 32). Trata-se de um modelo centralizador que regula, credita e contribui de forma significativa para a qualificação do panorama museológico nacional. A RPM cria plataformas de comunicação, informação e partilha entre os vários núcleos que constituem esta rede e estimula a partilha e o diálogo entre eles. A sua actuação e a sua abrangência territorial têm vindo a permitir que as distâncias se relativizem e que a nível regional se dinamizem novas formas de articulação.

Em 2001 é organizado no Seixal um Fórum Internacional sobre Redes de Museus, promovido pela Rede Portuguesa de Museus, onde são apresentadas várias experiências. Porém, para a nossa análise interessa destacar os artigos de Per-Uno Agren e de Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo e Henri Campagnolo. Per-Uno Agren concorda com o conceito de rede aplicado à RPM, por significar, no dizer do autor, dar uma “importância central à comunicação” (Agren, 2002:21). O artigo conceptual dos investigadores Campagnolo analisa a questão da rede *versus*

⁶ Estes foram também os fundamentos que, seis anos depois, a Rede de Museus do Algarve diagnosticou para a região (vide capítulo 3.1).

sistema, e de como o primeiro conceito permite uma organização mais flexível, aberta e de diálogos paralelos, onde as noções de alargamento *ad infinitum* e de construção são uma constante, ao mesmo tempo que marcam a diferença na forma organizativa (Campagnolo & Campagnolo, 2002:27).

A Rede Portuguesa de Museus funciona como “instância centralizadora” dessa rede, onde, no seu interior, apesar das diferenças entre os vários museus, não existe diferenciação.

A criação de redes pressupõe a intensificação do diálogo e da comunicação entre os vários membros da rede e, simultaneamente, a aceitação da diferença como potenciadora de mais valias. No caso de Portugal, a publicação da Lei-Quadro de Museus Portugueses previa a constituição de “Núcleos de Apoio a Museus⁷” (artigo 107.º e 108.º), a ser instalados nos museus nacionais e noutros museus da RPM⁸ que se “destaquem pela qualidade dos serviços prestados em determinadas áreas disciplinares e temáticas”, visando a desconcentração e a qualificação dos museus municipais. Estes núcleos surgem, em nosso entender, como potenciadores de redes regionais.

Sem os núcleos a funcionar, o legislador delega nas Direcções Regionais de Cultura, aquando da publicação da Lei orgânica do Ministério da Cultura (2006)⁹, o papel no “apoio técnico, em articulação com o IMC, I. P., a museus integrados na Rede Portuguesa de Museus e a outros localizados na área de actuação geográfica da direcção regional”. Contudo, passados dois anos, essa articulação não é visível ou entendível no terreno.

⁷ Estes núcleos ainda não foram implementados no terreno.

⁸ A instalação destes núcleos será feita em todas as áreas geográficas de actuação das Comissões de Coordenação Regional. Estes núcleos terão como funções, entre outras, as de apoiar os museus da área geográfica; dar pareceres e elaborar relatórios sobre questões relativas à museologia na área geográfica e contribuir para a vitalidade e dinamismo cultural dos locais.

⁹ Decreto-Lei 215/2006 de 27 de Outubro

2.2 As redes museológicas de âmbito geográfico

Centrando-nos na questão das redes museológicas de âmbito geográfico, importa colocar duas premissas prévias, que nos parecem essenciais, para a compreensão desta explosão de redes museológicas na última década em Portugal: a primeira é que estamos perante uma mudança de atitude dos museus perante a sociedade. Uma mudança lenta mas progressiva, urgente e necessária, que nos conduz ao derrubar de *fronteiras interiores*, para utilizar a terminologia de Mário Moutinho (2008: 1). Em segundo lugar, o fácil e rápido acesso à informação levou ao quebrar de barreiras territoriais, a inovar e a perceber que a união de esforços permite ao museu cumprir de maneira mais eficaz e eficiente a sua função social.

Esta última década - quer devido à acção da RPM e como consequência da Lei-Quadro de Museus Portugueses n.º 47/2004 de 19 de Agosto, quer devido à necessidade de otimizar recursos - viu nascer várias redes de âmbito territorial. Identificámos e analisámos, para este trabalho, o funcionamento e o âmbito de 19 redes museológicas de carácter geográfico no País. Esta nossa análise pretende servir de ponto de partida para o estudo de caso – A Rede de Museus do Algarve.

Em função da abrangência territorial e das tutelas classificámos três tipos de redes de âmbito geográfico:

1. **Municipais** - em que todas as entidades são de tutela municipal;

2. **Concelhias** - em que a área geográfica do concelho é o que reúne os membros da rede independentemente da tutela;

3. **Mistas** - que englobam diferentes tutelas e áreas geográficas alargadas de âmbito inter-municipal.

As redes são plataformas de geometria variável de encontro e de diálogo. Nos casos acima tipificados podemos dizer que há dois aspectos comuns aos três tipos de redes: a forma de organização centralizada com uma “instância coordenadora” e serem compostas por unidades de desigual estrutura funcional e logística, as redes que Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo classifica de “variantes” pela diversidade dos vários nós (Lameiras-Campagnolo, 1998: 104).

Outro ponto comum que perpassa em todas as experiências, é o duplo objectivo que está na sua origem: um interno, em que se pretende rentabilizar recursos, partilhar experiências, qualificar as entidades museológicas e, outro, externo, de comunicação com os públicos, de imagem e de desenvolvimento local ou regional.

Criar redes significa pensar um determinado território e querer agir sobre esse território de forma articulada e complementar, e isso é notório nos três tipos identificados, sendo, em nosso entender, de forma mais fechada no primeiro tipo de redes, exclusivamente de tutela municipal; enquanto na última tipologia identificada passou-se do local para o regional.

Da análise comparativa que fizemos e da forma como a “simples” constituição de uma rede, apesar de em muitos casos formal, veio quebrar barreiras e colocar os actores a dialogar, permitiu aos museus envolvidos sair do seu gueto, das suas paredes, das suas colecções e olhar o território. Esta revolução lenta e mental trará resultados muito positivos para a qualificação e diversificação da oferta museológica nacional, bem como para a afirmação dos museus como parceiros locais no desenvolvimento. Esses resultados são ainda, sobretudo, ao nível interno dos próprios museus. Contudo, já existem vários exemplos na área da comunicação com os públicos, onde o trabalho é feito em rede.

Centremo-nos nas especificidades de cada um dos tipos por nós definido, para que possamos ter uma perspectiva mais

concreta sobre esta revolução silenciosa e lenta nos nossos museus.

2.2.1 As Redes Municipais

Rede Municipal de Museus de Santa Maria da Feira (2000) – Museu Convento dos Lóios; Rede Museológica de Tavira (2001) – Museu Municipal; Rede Municipal de Museus de Loures (2003) – Museu da Quinta do Conventinho; Rede de Museus e Galerias Municipais de Óbidos (2004) – Museu Municipal; Rede de Museus de Cascais (2005) – Divisão de Museus; Rede Municipal de Museus de Mogadouro (2007); Rede de Museus de Loulé (2007) – Museu Municipal; Rede de Museus do Freixo (2008) – Museu Municipal; Rede Municipal de Museus de Arruda dos Vinhos (2009) – Divisão Sócio-Cultural; Rede de Museus Municipais de Aveiro (2009) – Divisão de Museus e Património Histórico e Rede de Museus de Santarém (em projecto) – Departamento Sócio-Cultural.

Nas redes municipais a sua origem prende-se, sobretudo, com uma necessidade funcional de criar sinergias e maximizar recursos e, em muitos casos, têm regulamento municipal próprio da “Rede Municipal”.

Falámos de explosão museológica a partir do início da década de 90 do século XX mas, em nosso entender, essa explosão ainda continua. Estas redes municipais são um bom exemplo disso, pois muitas delas são constituídas sem que as várias entidades museológicas existam, como são os casos de Tavira, Loulé, Aveiro, Freixo e Mogadouro. Este último tem regulamento aprovado mas sem nenhum membro na rede a funcionar¹⁰.

Nestas redes existe, normalmente, um museu-sede ou responsável pela rede que não é flexível, nem de geometria

¹⁰ Funciona apenas uma Sala de Arqueologia

variável e onde a adesão não é livre mas imposta pela tutela. A rentabilização de recursos humanos e financeiros é o motivo principal da constituição destas estruturas. Podemos falar de rede? Ou apenas numa estrutura hierárquica, tipo pirâmide ou cadeia que une vários núcleos? Se nos detivermos num dos objectivos que levaram à constituição destas “redes” – a comunicação – podemos dizer que um dos princípios, que está na origem da constituição das redes, é aplicado. Isto porque até à criação destas redes muitos museus da mesma tutela não comunicavam entre si, como afirma um dos responsáveis de uma destas redes municipais: “museus com a mesma tutela não partilhavam experiências, não havia contacto”.

Como funcionam dentro de um órgão de tutela única estas estruturas são centralizadas ou no museu municipal ou na unidade orgânica, normalmente uma Divisão Municipal (vide caixa), onde o que se pretende é que todo o trabalho, desde a preservação à comunicação, se faça de forma coordenada e programada em conjunto, rentabilizando os recursos e onde as várias unidades dependem fortemente umas das outras para a sua existência.

Entendemos que o papel das redes não é (nem pode ser) meramente interno, de partilha de recursos, de experiências, de comunicação, como muitas vezes se pressupõe nas intenções de criação destas redes municipais. As redes devem, acima de tudo, avaliar o impacto do seu trabalho na sociedade e, dessa avaliação, de forma flexível, reajustar metas, para que possamos “beneficiar da competência de cada protagonista” (Lameiras-Campagnolo, 2002: 27).

Para concluir, podemos afirmar que estas redes estão a funcionar de acordo com a sua estrutura orgânica – municipal - e que o seu funcionamento vai sendo delineado no âmbito dos planos de actividades, com a respectiva programação conjunta de iniciativas. Em todas estas redes municipais há uma progressão em

curso, não são estruturas fechadas, mas em construção, quer de infra-estruturas, quer da forma como as relações, entre os vários nós da rede, vão sendo aprofundadas e construídas.

2.2.2 As Redes Concelhias

Rede Local de Museus das Caldas da Rainha (2003) – Museu Municipal; Rede de Museus do Concelho de Estremoz (2006) – Museu Municipal; Rede de Museus de Matosinhos (2006) – Divisão de Cultura e Museus; Rede de Museus de Vila Real (2008) – Museu de Arqueologia e Numismática; Rede de Museus de Famalicão (2009) – em implementação (não está definida ainda a “instância coordenadora”).

Nas redes concelhias existe uma preocupação de qualificação do tecido museológico de um território, independentemente da tutela. Há uma visão de conjunto para esse território e uma necessidade de todos os intervenientes unirem esforços para o desenvolvimento integrado desse concelho.

A característica comum a este tipo de rede é a de que todas partem de uma iniciativa municipal para a sua constituição. E isso reflecte-se, também, na instância coordenadora” centralizada: é, em todos os exemplos, um Museu ou uma Divisão Municipal (vide caixa). A existência desta “instância coordenadora” estática inibe e amarra os restantes nós da rede, subvertendo a própria essência de rede, onde, a cada momento, um dos nós pode sobressair e liderar processos e projectos. Havendo uma excessiva dependência desse centro e uma geometria pouco variável, não se aproveitam as mais valias de cada membro da rede.

Verifica-se, também, uma diversidade/ disparidade muito grande entre as várias entidades museológicas, quer em relação ao trabalho que desenvolvem quer às colecções e aos recursos técnicos. Este aspecto leva a que estas redes se apoiem muito nos

museus tutelados pelos Municípios, onde, com excepção da Rede das Caldas da Rainha, existem os técnicos com formação.

Pelo pioneirismo e visão integradora cito o exemplo da constituição da Rede Local de Museus das Caldas da Rainha (2003), tendo sido a primeira rede a nível nacional que integrou museus de diferentes tutelas, nomeadamente os Museus José Malhoa e de Cerâmica, tutelados pelo então Instituto Português de Museus. Para além destes museus, fazem também parte desta rede o Museu do Hospital, Centro de Artes e Museu Barata Feyo. Entre as tutelas foi assinado um protocolo visando a racionalização e a compatibilização dos recursos, assim como o desenvolvimento de projectos conjuntos e o estabelecimento de parcerias em diversas áreas de actividade. Porém, o trabalho efectivo de rede tem-se centrado, principalmente, na realização de actividades comemorativas conjuntas.

A Rede de Museus de Estremoz, constituída em 2006, é uma das mais activas (em conjunto com Matosinhos). A sua constituição teve na base objectivos muito concretos:

“divulgar os espaços museológicos existentes no concelho; fazer circular os visitantes entre os museus; incentivar a colaboração entre os diferentes museus, na área das exposições, actividades educativas e auxílios técnicos e elaborar um roteiro dos espaços museológicos do concelho”¹¹.

Desde 2008 que estes museus desenvolvem um programa conjunto, denominado “ViverMuseus”, durante o mês de Maio. Os Planos de Emergência e Segurança destes museus estão a ser desenvolvidos no âmbito de um programa de estágios que a rede recebeu para este fim específico.

Fazem parte desta rede nove unidades: Museu Municipal Prof. Joaquim Vermelho, Núcleo da Alfaia Agrícola, Centro de

¹¹ www.cm-estremoz.pt consultado em 30 de Abril de 2009

Ciência Viva, Museu de Arte Sacra, Museu Militar, Museu do Bombeiro, Museu Rural, Museu da Farmácia e Museu Casa-Agrícola José Cortes. A Rede de Museus de Matosinhos (MUMA), criada em 2006, definiu a sua missão e os seus objectivos, a saber:

“A missão do MUMA é a de mediar e apoiar o tecido museológico do Concelho de Matosinhos, através, nomeadamente, do fomento da cooperação entre as diversas instituições que albergam museus neste território”. “Objectivos para concretizar a missão: a) Incrementar a colaboração entre a Autarquia e os museus de Matosinhos; b) Promover e divulgar os museus e as suas colecções; c) Democratizar o acesso à informação e à formação de pessoal especializado; d) Descentralizar e racionalizar meios técnicos e financeiros e e) Incentivar a aplicação de correctas práticas museológicas e museográficas.”¹²

Esta rede é composta por 10 unidades museológicas: Museu da Escola EB 2,3 de Lavra; Casa do Mar e tanques romanos; Museu Paroquial de Lavra Padre Ramos; Museu dos Bombeiros; Museu da Quinta de Santiago; Museu de História da Escola Gonçalves Zarco, Museu da Misericórdia de Matosinhos; Casa-museu Abel Salazar; Museu do Linho e do Milho e Museu de Jazigos Minerais Portugueses

Neste grupo incluímos, ainda, a Rede de Museus de Vila Real, pois o Museu do Som e da Imagem é tutelado por um Empresa Municipal (Culturval, E.M.), com administração e tutela próprias. Para além deste museu fazem parte mais duas unidades: Museu Municipal de Arqueologia e Numismática e Museu da Vila Velha.

A Rede de Museus de Famalicão está em fase de constituição e será composta por dez museus: Museu de Camilo, o Museu da Indústria Têxtil, o Museu Bernardino Machado, Museu

¹² www.cm-matosinhos.pt consultado em 30 de Abril de 2009

Ferróviário e a Casa-Museu Soledade Malvar, Museu de Arte Sacra, Museu de Cerâmica; Museu do Automóvel, Museu Fundação Cupertino de Miranda, Museu da Guerra Colonial e Museu cívico, cultural e religioso de Mouquim.

Analisando os objectivos enunciados por estas redes podemos dizer que são convergentes e muito semelhantes, pretendendo: divulgar o património, descentralizar e qualificar recursos, levar o visitante a percorrer o território concelhio.

Como potenciar ou promover a relação com as comunidades locais e o papel destas na nova organização em rede está ausente dos objectivos enunciados. Estas redes concelhias, que visam o desenvolvimento local, têm todos os instrumentos para cumprir a sua função social, porque muitos destes espaços nasceram da vontade de um grupo.

2.2.3 As Redes Mistas

Rede de Museus do Minho (2006) – Museu de Alberto Sampaio; Rede de Museus do Douro (2007) – Museu do Douro; Rede de Museus do Algarve (2007) – rotatividade anual.

Neste grupo encontramos uma diversidade muito grande na organização em rede e no estado em que essas redes se encontram. Contudo, antes de especificarmos, importa referir que em todas estas experiências há uma ideia-chave muito forte: a de complementaridade territorial/ regional, que está na base da sua constituição, ao contrário dos outros dois tipos onde a complementaridade territorial era de âmbito local. É, ainda, neste último grupo que vamos encontrar um maior número de entidades museológicas que fazem parte das redes: dezoito no Minho, doze no Douro e catorze no Algarve. Estas três regiões estão integralmente cobertas no seu território, ou seja, as entidades museológicas que as constituem espalham-se por toda a região,

com tutelas muito diversificadas, a saber: administração central, municipal, privada, fundação, associação.

A “instância coordenadora” continua a existir e a ser um tipo de rede centralizada, mas com algumas variáveis. Na Rede de Museus do Minho é o Museu Alberto Sampaio, tutelado pelo Instituto de Museus e da Conservação, que lidera; na Rede de Museus do Douro é o Museu do Douro, tutelado pela Fundação do Douro e na Rede de Museus do Algarve são cinco museus por ano que servem de “instância coordenadora”, independentemente da tutela. É o único caso, nos três tipos referenciados, em que a “instância coordenadora” que, apesar de tudo, consideramos centralizada, vai mudando anualmente por eleição dos membros da rede.

A Rede de Museus do Douro está numa fase inicial que se prende, sobretudo, com a criação das infra-estruturas que irão integrar a rede, nos vários concelhos da região do Douro.

A Rede de Museus do Minho, a mais informal deste grupo, surgiu de uma necessidade específica destes museus, a preparação dos documentos obrigatórios indicados na Lei Quadro dos Museus Portugueses: regulamento interno, política de incorporações e plano de conservação preventiva. Esta rede é a única, nos dezanove casos em análise, em que todos os membros integram a Rede Portuguesa de Museus. É, também, de todas as redes a mais técnica, no sentido em que a sua actuação está muito ligada aos profissionais dos museus e ao debate de questões museológicas específicas.

Esta primeira parte centrou-se na análise das redes tecnológicas e de informação e no surgimento da nova era da *sociedade em rede*, até às redes na área museológica e, dentro desta, especificamente as de âmbito geográfico. Feito este percurso vamos circunscrever-nos à realidade algarvia e iniciar o estudo de caso: a Rede de Museus do Algarve.

3. A realidade museológica algarvia

O tecido museológico algarvio forma-se a partir de meados do século XIX, pelo que faremos uma abordagem desta realidade apenas no que consideramos ser os antecedentes das redes museológicas neste contexto regional.

Em 1882, doze anos antes da criação do *Museu Archeológico e Lapidar Infante D. Henrique*, Estácio da Veiga funda o *Instituto Archeológico do Algarve*. Este instituto viria a solicitar ao Ministro do Reino a reorganização do Museu Provincial de Arqueologia que esteve aberto durante um ano (1881) nas dependências da Academia de Belas Artes em Lisboa. A criação de delegações locais - em cada município algarvio - deste instituto era um dos objectivos, consubstanciando o trabalho em rede que se perspectivava para a recolha de bens patrimoniais.

Mário Lyster Franco sugere ao *Congresso Regional Algarvio*, em 1915, a ideia de trabalho em rede para um objectivo concreto: a de criação de Museus Regionais, resultantes da colaboração entre os vários municípios algarvios (Franco, 1915:1). E, nesse mesmo ano, como resultado da visita de José de Figueiredo, Inspector Regional de Museus, ao Algarve, surge, em letra de lei¹³, a proposta de criação de um Museu Regional de Arte e Arqueologia em Faro, a instalar no antigo convento de Nossa Senhora da Assunção¹⁴.

Contudo, apesar dos esforços de descentralização, a realidade museológica regional estava centralizada na capital de Distrito, com a presença de quatro dos sete museus existentes até ao 25 de Abril de 1974 no Algarve.

¹³ ¹³ Decreto 2:042 de 11 de Novembro de 1915, Diário do Governo, I Série, p. 1245-1246.

¹⁴ ¹⁴ Esta ideia nunca saiu do papel. Passados 45 anos a Câmara Municipal de Faro compra este edifício e instala aí o seu Museu Municipal, onde ainda hoje permanece.

O novo regime democrático, no seguimento da tendência internacional¹⁵, beneficia a proliferação de museus, verificando-se no tecido museológico regional uma mudança significativa, sobretudo nesta última década: 54.16% das unidades museológicas existentes na região abriram ao público neste espaço temporal. Consideramos que estamos perante uma verdadeira *museomania*, para utilizar a expressão de Andreas Huyssen, que emerge de uma necessidade social e da modernização das últimas décadas. Como afirma Huyssen “Não é a ideia de conservar tradições que assinala o início do museu, mas sim de perdê-las, combinada com um desejo profundo de (re)construção” (Huyssen, 2009:163).

Da análise realizada identificaram-se cinco factores que podem justificar a explosão de unidades museológicas no Algarve: o rápido desaparecimento de muitas actividades tradicionais; o crescimento da indústria do turismo cultural na região; um recurso dos poderes públicos à memória e à identidade como factores de (possível) desenvolvimento local; o alargamento da noção de património e o aproveitamento dos fundos comunitários, especialmente do QCAIII.

A inexistência de um Museu de tutela nacional na região e uma política virada para dentro e para micro unidades territoriais – concelhos – levou à proliferação no Algarve de muitas unidades museológicas com temáticas e propósitos muito semelhantes. Considera-se que, na quase totalidade das estruturas museológicas algarvias nascidas na última década, existem duas características comuns: inexistência de articulação e complementaridade territorial e pouca inserção comunitária dos projectos. Mesmo nos projectos relacionados com a temática etnográfica, houve, sobretudo, recolha de objectos. A museologia algarvia sempre esteve (e de algum modo ainda está) muito distante dos princípios preconizados pela

¹⁵ Sobre o aumento do número de museus a partir da década de 70 do século XX conferir Riviére, 1989:63.

sociomuseologia. Todavia, existem três excepções que devem ser referenciadas: o Museu de Portimão, que realiza um trabalho de âmbito territorial e de proximidade com as várias comunidades (antigos trabalhadores da fábrica, construção naval, etc.); o Centro de Memória do Alportel, construído em colaboração com a comunidade local, que teve como responsável o Museu do Traje de São Brás de Alportel, num projecto de iniciativa municipal, em que o museu é um espaço com utilidade social e gerido em parceria com as pessoas; e, por último, o Museu do Mar e da Terra da Carrapateira, onde destacamos a inclusão na própria exposição de uma declaração indicando que foi construído aderindo aos princípios da Nova Museologia, com um texto intitulado “Libertação do Objecto”. Este projecto teve como consultor Pierre Mayrand¹⁶. No decurso da exposição pode ler-se que “O Museu, espelho de uma sociedade em devir, assume-se como nosso porta-voz”, reflectindo esta frase o sentir da comunidade perante este espaço de memória.

Como afirma Françoise Choay “o século XX forçou as portas do domínio patrimonial” (Choay, 2000:13). Na museologia algarvia esse alargamento conceptual faz-se sentir, sobretudo, na crescente valorização da arqueologia industrial (Portimão, Silves e Vila Real de Santo António). Porém, as temáticas predominantes nos espaços inaugurados na década em análise são: a arqueologia (12.24%) e a etnografia (18.75%).

A cartografia realizada da realidade museológica algarvia, dos últimos dez anos, utilizou as auto-designações das entidades museológicas referenciadas. Assim, foram registadas quatro designações distintas: museu¹⁷ (38,46%), núcleo museológico¹⁸

¹⁶ Canadiano e um dos fundadores e ideólogos do Movimento Internacional para a Nova Museologia (MINOM).

¹⁷ Aqui com variações de conceito em relação ao definido pela Lei-Quadro de Museus Portugueses, n.º47/2004 de 19 de Agosto, artigo 3.º Conceito de Museu: “é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da

(43,58%), colecção visitável¹⁹ (2,56%) e centros de interpretação (15,38%).

Relativamente aos museus, encontramos situações muito distintas nos dezasseis espaços mapeados. Três dos quatro museus da região que pertencem à Rede Portuguesa de Museus abriram ao público nesta última década, são os museus de Albufeira (1999), Tavira (2001) e Portimão (2008) com equipas técnicas a funcionar e a cumprir a sua função social. Os museus da Cortiça de Silves (2000), do Mar e da Terra da Carrapateira (2008) com projectos museológicos sólidos. Os museus municipais de Aljezur e de Olhão com espaços que surgiram de projectos de investigação de um território mas onde falta uma equipa técnica que lhes dê vida. E, finalmente, quatro casos em que três são colecções visitáveis: paroquial de Olhão, Misericórdia de Faro e da Mulher no Azinhal e um Centro de Interpretação, museu Issac Bitton de Faro que está associado ao Cemitério Judaico de Faro.

Os núcleos museológicos, também designados de pólos, apresentam na região algarvia uma característica específica: são unidades que não dependem de um museu sede mas que existem

investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos; b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.”

¹⁸ Na realidade regional com ligeiras diferenças do conceito aplicado pelo INE: “Extensão ou pólo territorialmente descentralizado de um museu. Ou seja, é uma unidade dependente de um museu que comporta os principais serviços técnicos e permitem a sua adequada manutenção, bem como o cumprimento das funções museológicas indispensáveis (investigar, preservar, comunicar)” - *Instruções de Preenchimento*, Instituto Nacional de Estatística, 2009.

¹⁹ Esta é a única categoria onde os sítios assim designados se adequam ao definido pela Lei –Quadro: “ 1 — Considera-se colecção visitável o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa colectiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afectas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o museu.” - Lei Quadro de Museus Portugueses, n.º 47/2004 de 19 de Agosto, artigo 4.º

isoladas (Camacho, 2006:13). Foram identificados dezassete espaços com esta designação, sendo que apenas em três casos, de tutela municipal, estes núcleos estão relacionados com um museu-sede, a saber: Núcleo Museológico de Cachopo (Museu Municipal de Tavira); Núcleo Museológico do Espingardeiro (Museu Municipal Dr. José Formosinho, Lagos) e Núcleo Museológico Cândido Guerreiro e Condes de Alte (Museu Municipal de Loulé).

Numa era de globalização e de sociedade em rede, a construção social da Identidade, aqui entendida como “o processo de construção do significado com base num atributo cultural” (Castells, 2007a: 3), transmutou-se. No caso em estudo – museus algarvios - verificamos que predomina o que Manuel Castells denominou de identidade legitimadora²⁰, a identidade construída pelas instituições dominantes (Castells, 2007a: 4). Isso é visível se considerarmos que relativamente à tutela, 71,79% das unidades museológicas que inauguraram na última década, no Algarve, são de tutela municipal²¹. Seguem-se os espaços de tutela privada (7,6%), com quatro unidades: Núcleo da Pesca do Atum, Tavira (2000); Museu da Cortiça, Silves (2000); Museu Rural da Quinta dos Avós, Silves (2002) e Núcleo Museológico do Antigo Sanatório, Unidade de Saúde (2007).

A tutela religiosa (5,12%) abre três espaços: Pólo museológico de Arte Sacra, Alferce, Monchique (2001); Museu da Misericórdia, Faro (2004); Museu Paroquial de Olhão (2008). A Administração Central desconcentrada (5,12%) inaugura os Centros Interpretativos de Alcalar, Portimão (2001) e Milreu, Faro (2002); e as Associações sem fins lucrativos (5,12%) inauguram o Museu o

²⁰ O autor define também: *identidade de resistência e identidade de projecto* (Castells, 2007^a: 2 a 9).

²¹ Exceptuam-se os concelhos de Vila do Bispo e Lagoa que não têm unidades museológicas de tutela municipal (ambos os Municípios estão com projectos de museus municipais em curso).

Saber das Mulheres, Azinhal, Castro Marim (2000) e o Museu Issac Bitton, Faro (2007).

Cartografada, de forma breve, a realidade museológica algarvia, com incidência nas mudanças da última década, importa agora identificar os germes da mudança de atitude e de novas formas de trabalhar.

A transformação de um estado de isolamento e gueto dos museus algarvios para um patamar de diálogo e de partilha é um caminho que foi sendo percorrido lenta e timidamente, fomos assistindo a diversos acontecimentos fundamentais para a construção de uma plataforma comum dos museus da região. Nesse sentido, importa sistematizar esses *inputs* que foram moldando uma nova realidade:

1. A realização do Encontro de Museologia e Autarquias em Portimão, em 1997, onde como referimos na primeira parte deste trabalho, foi discutida a Rede Portuguesa de Museus, na sequência da Lei Orgânica do Instituto Português de Museus, n.º 161/97 de 26 de Junho.
2. A assinatura de protocolos entre dois Museus do Algarve – Faro e Portimão - e o Instituto Português de Museus, no ano de 1998, permitindo o início da partilha técnica e de boas práticas.
3. A Criação da Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus em 2000 e a integração dos Museus de Portimão (2001), Tavira (2001), Faro (2002) e Albufeira (2003) nessa rede.
4. A criação da MUSEAL, revista de museologia do Museu Municipal de Faro, em 2006. Com uma vocação regional, definiu como um dos seus objectivos “contribuir para a concretização de uma rede regional de museus”. O primeiro número foi dedicado à *Realidade museológica*

algarvia, perspectivas para o século XXI., onde se destaca um artigo de Isabel Soares “Que redes para o Algarve? Reflexão crítica”.

5. A necessidade dos museus pertencentes à RPM elaborarem os documentos obrigatórios²² da fase de credenciação, previstos na Lei Quadro de Museus Portugueses n.º 47/2004 de 19 de Agosto, levou a uma partilha de dúvidas e de reuniões de trabalho.

6. A realização de uma Workshop intitulado “Que redes para o Algarve?”, uma iniciativa do Museu Municipal de Faro e da Rede Portuguesa de Museus, que teve lugar em Faro em Novembro de 2006.

7. Protocolo de parceria entre o Museu de Faro e o Museu de Tavira no âmbito dos Serviços de Conservação e Restauro, em 2006. Este protocolo visa a partilha de conhecimentos técnicos e o restauro de bens patrimoniais, consoante a especificidade de cada laboratório.

Analisaremos de seguida dois estudos que versaram sobre a questão das redes de museus no Algarve. O primeiro trata-se de uma dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Algarve, da autoria de José Gameiro, intitulada “Património e Museologia, Da realidade global à perspectiva local” (1998). Este autor realiza um diagnóstico da realidade museológica da época e identifica alguns pontos que considera limitadores da acção museológica regional, destes destacamos os que são pertinentes para o tema em estudo:

“inexistência de laços institucionais entre tutelas e órgãos de desconcentração e descentralização da região; falta de estruturas

²² Regulamento Interno, Política de Incorporações, Plano de Conservação Preventiva e Plano de Emergência e Segurança.

museológicas intermédias e coordenadoras de planeamento para os Museus do Algarve.” (Gameiro, 1998:100).

Um tema recorrente na museologia algarvia desde os finais do século XIX tem sido a constituição de um “Museu Regional do Algarve” e na opinião do autor essa instituição devia ser entendida de outra forma, sendo “necessário ultrapassar a ideia de um edifício, de uma colecção, de uma cidade e pelo contrário, associar vários museus deste território (...)” (Gameiro, 1998:105). A proposta que o autor apresenta, com a qual concordamos na íntegra, implica uma mudança de atitude dos “fazedores” de museus, bem como uma complementaridade territorial e criação de sinergias que está, agora, lentamente a ser construída.

O outro estudo analisado e acima referenciado da autoria de Isabel Soares “Que Redes para o Algarve? Uma reflexão Crítica”, faz uma primeira abordagem ao tema das redes no Algarve. A filosofia proposta para a constituição de uma rede regional baseou-se em três pressupostos: a primazia dos museus da Rede Portuguesa de Museus; a inserção da rede nos núcleos de apoio a museus que a Lei-Quadro prevê; o apoio por áreas de trabalhos e/ou temáticas a museus e a realização de projectos. Enuncia, ainda, quatro objectivos gerais para a Rede de Museus do Algarve:

“1. Descentralizar a política cultural, reaproveitando os recursos de cada museu RPM; 2. Desenvolver competências e a qualidade das instituições; 3. Desenvolver uma colaboração mútua e recíproca para a protecção do património regional e 4. Criar uma rede de informação a nível regional.” (Soares, 2006: 30).

Em nosso entender, este estudo preconizava um tipo de rede descentralizada apoiada em vários núcleos, de acordo com o conhecimento e boas práticas de cada museu da rede, um modelo que, apesar de muito institucionalizado, era multi-direccional e permitia um papel activo de todos os nós desta rede, o que nos

parece uma ideia muito positiva e que permitiria a cada momento serem redefinidos novos nós nesta rede.

O culminar da Rede de Museus do Algarve resultou deste trabalho prévio de uma década (1997-2007), onde de forma lenta se foram mudando mentalidades e se iniciou um trabalho de diálogo numa perspectiva regional.

3.1 A Rede de Museus do Algarve

(...) A sua situação geographica, e a excelencia e fertilidade do seu clima e solo, teem-lhe de todos os tempos attrahido uma variedade tal de povoadores, un tão complexo e variado cosmopolismo de civilização e de domínios, que essa região vale como museu e como archivo o preço do maior thesouro (...)

(Chagas, Pinheiro, in "Domingo Illustrado", Agosto 1897)

Cento e dez anos depois de Pinheiro e Chagas considerar que a região vale como museu, a 16 de Outubro de 2007, em Albufeira, é "formalmente" constituída a Rede de Museus do Algarve (RMA). O primeiro trabalho realizado pela RMA foi o diagnóstico dos problemas e dificuldades:

1. Aumento significativo do número de unidades museológicas na região na última década e a falta de um plano estratégico museológico regional.
2. Diversidade de modelos de gestão e organização política e administrativa das tutelas dos museus.
3. Reduzida experiência de relação intermunicipal e institucional relativamente ao planeamento das políticas e actividades dos Museus do Algarve.

4. Falta de estruturas museológicas coordenadoras de formação e intercâmbio profissional entre os Museus do Algarve.

A constituição da Rede de Museus do Algarve foi precedida de uma discussão interna, tida no seio dos profissionais envolvidos e, externa, consultando entidades regionais: Universidade do Algarve, Direcção Regional de Cultura do Algarve, Área Metropolitana do Algarve, Região de Turismo do Algarve e Comissão de Coordenação da Região do Algarve, bem como a Rede Portuguesa de Museus. Para além de explicar aos nossos interlocutores as intenções dos museus a pergunta concreta foi: qual o modelo de organização deste grupo? Grupo informal de acção e reflexão museológica, associação ou protocolos entre museu?

A opção tomada, de acordo com a sensibilidade dos interlocutores e do grupo de trabalho, foi a de constituição de um grupo informal de reflexão e acção museológica – uma rede.

Uma rede mista, como se definiu na primeira parte deste trabalho, que integra diferentes tutelas e entidades museológicas. Uma rede pressupõe horizontalidade e múltiplos focos de acção em simultâneo. Estamos perante um caso ímpar no País, em que uma rede se organiza de forma rotativa, apesar de continuar centralizada. Ao contrário dos exemplos apresentados na primeira parte deste estudo, onde existe uma “instância centralizadora” única, neste caso permite-se que todos os membros da rede, a seu tempo, possam “liderar” processos. Ou seja, o modo de funcionamento da RMA faz-se através de um Grupo Coordenador composto por cinco museus²³, em sistema de rotatividade anual.

A adesão é livre e deve ser feita através da aceitação da

²³ Outubro de 2007 a Outubro de 2008: Portimão, Albufeira, Tavira, Loulé e São Brás de Alportel. Outubro de 2008 a Outubro de 2009: Faro, Tavira, Portimão, Loulé e São Brás de Alportel

missão e da Carta de Princípios da Rede de Museus do Algarve pela respectiva tutela. A missão da RMA é:

“articular, cooperar e partilhar responsabilidades e recursos, entre os museus do Algarve, visando o desenvolvimento integrado da acção museológica e patrimonial da região, reforçando as opções da sua oferta cultural” (AA.VV, 2008: 174).

A missão da rede algarvia apresenta as linhas de trabalho internas - articulação e cooperação entre pares - e externas - contribuir para reforçar a oferta cultural regional. Encontra-se, também, presente a questão do reforço da comunicação que visa o desenvolvimento integrado do tecido museológico regional. A missão expressa, em nosso entender, a necessidade de suprir as dificuldades diagnosticadas inicialmente: inexistência de partilha de recursos ou ideias e de articulação regional na programação museológica.

Como atrás enunciámos, foram definidos seis princípios para a Rede de Museus do Algarve:

1. Princípio de liberdade de adesão: A Rede de Museus do Algarve será formada pelos Museus do Algarve e formalizada na base da adesão voluntária e da aprovação da Carta de Princípios, através da assinatura do termo de aceitação, pelas respectivas tutelas

2. Princípio de cooperação em rede: Promover a emergência de projectos, actividades museológicas e culturais em rede, inspiradas nos princípios da cooperação e responsabilidade, com justa participação de meios materiais e recursos humanos, através da possibilidade de celebração de protocolos entre tutelas, museus, associações, grupos culturais afins, administrações locais, regionais e centrais, visando o desenvolvimento cultural do Algarve.

3. Princípio de serviço público e ética profissional:

Contribuir para a afirmação dos Museus enquanto instituições permanentes sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, no respeito pelas normas nacionais (Lei-Quadro dos Museus Portugueses, n.º 47/2004 de 19 de Agosto) e códigos deontológicos aplicadas aos Museus.

4. Princípio de informação e comunicação: Estabelecer entre os membros da RMA e respectivas tutelas, o acompanhamento e a avaliação da sua actividade, através de uma regular informação e comunicação, de reuniões de trabalho e da utilização dos meios e dos canais mais adequados à sua missão.

5. Princípio da formação e inovação: Promover uma formação e actualização profissional contínua, estimulando o contacto técnico e científico com novas realidades na área da museologia, proporcionando a qualificação dos seus recursos humanos e a complementaridade de programas e projectos.

6. Princípio de programação museológica: Programar e desenvolver projectos concretos entre os Museus, intervindo no aconselhamento, na programação e nos contributos para uma visão prospectiva, na definição das políticas museológicas no Algarve, junto das instituições locais, regionais e nacionais, visando o desenvolvimento sustentado das comunidades” (AA.VV, 2008:174-175)

Estes princípios regem, sobretudo, o funcionamento da rede. Os princípios 1, 2, 4 e 5 centram-se nas questões internas da rede e dos seus profissionais, sendo que o princípio da informação e comunicação refere, somente, a comunicação interna dos museus para com as suas tutelas. É um princípio que, em nossa opinião, deve ser revisto para ser mais abrangente. Tratando-se de uma rede deve privilegiar-se a comunicação entre os vários membros e

deste com o exterior.

Da análise agora realizada, passados dois anos de distância, surge outra indicação que, em nosso entender, deve ser equacionada: o “princípio da formação e inovação” deve passar apenas a “princípio da formação”, como versa o seu conteúdo e o “princípio de programação museológica” deve passar a “princípio de programação museológica e inovação”.

Com o decorrer do trabalho em rede foram definidos três eixos de actuação: 1. Informação, 2. Formação e 3. Parcerias (Paulo & Gameiro, 2009:9). Aqui a informação prende-se, sobretudo, com o trabalho para o exterior e entre os membros da rede, eliminando a lacuna dos princípios que atrás enunciámos. A formação é precedida anualmente de um diagnóstico de necessidades. Na área das parcerias são realizados vários projectos em comum. O trabalho realizado nestes eixos será desenvolvido mais à frente em ponto específico (3.1.2).

Contudo, antes de conhecer os projectos importa realizar uma breve caracterização dos vários nós desta rede regional do Algarve.

3.1.1 Os museus pertencentes à Rede de Museus do Algarve

1. Museu Municipal de Faro; 2. Museu Municipal de Portimão; 3. Museu Municipal de Tavira; 4. Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira; 5. Museu do Traje de São Brás de Alportel; 6. Museu Marítimo Ramalho Ortigão, Faro; 7. Museu Municipal de Loulé; 8. Museu Dr. José Formosinho de Lagos; 9. Museu Municipal de Lagoa (projecto de); 10. Museu Municipal de Arqueologia de Silves; 11. Núcleos Museológicos de Alcoutim; 12. Centro de Investigação e Informação de Cacela, Vila Real de Santo António; 13. Museu Municipal de Olhão e 14. Museu do Mar e da Terra da Carrapateira, Aljezur.

Actualmente a Rede de Museus do Algarve é composta por 14 unidades museológicas, indo de barlavento a sotavento e do litoral ao barrocal e à serra. Estes nós da rede regional algarvia apresentam realidades muito distintas, o que confere à rede uma grande oportunidade de aprendizagem mútua e de (des)construção do tecido museológico regional.

Fazem parte da RMA os dois museus mais antigos do Algarve, criados nos finais do século XIX, o Museu Marítimo Ramalho Ortigão (1889) e o Museu Municipal de Faro (1894). Este último, também, pertencente à Rede Portuguesa de Museus em conjunto com os Museus de Portimão, Tavira e Albufeira.

Das catorze entidades museológicas doze são de tutela municipal, uma de tutela da Administração Central (Museu Marítimo Ramalho Ortigão que depende, desde 2007, directamente do Museu de Marinha de Lisboa) e um de tutela social (Museu do Traje, da Misericórdia de São Brás de Alportel).

Poder-se-á afirmar que os museus da região do Algarve que pertencem a esta rede perseguem todos os seguintes desígnios: qualificar os seus profissionais, contribuir para o desenvolvimento regional e afirmar-se junto das comunidades que servem.

3.1.2 Os projectos da Rede de Museus do Algarve

Os projectos desenvolvidos pela RMA durante estes dois anos de existência centram-se nos três eixos de actuação definidos: Informação, Formação e Parcerias.

Na área da Informação deu-se especial atenção à criação do boletim trimestral “Notícias em Rede” onde se destacam as acções que a rede vai desenvolvendo e onde vai participando. Houve, também, uma tentativa de criação de um blog ou de uma página de internet mas sem resultados.

Na área da Formação, do diagnóstico efectuado, chegou-se à conclusão que os profissionais de museus que tinham maior necessidade de actualização profissional eram os técnicos profissionais e auxiliares. Assim, os cursos realizados no ano de 2008 dirigiram-se a estas classes profissionais. O Museu de Albufeira organizou uma acção de formação “Prevenção, Conduta e Manutenção de Museus, Sítios e Monumentos” e o Museu de Loulé organizou duas acções de formação “Réplicas de objectos arqueológicos” e “Encadernação de documentos antigos”. Estes cursos são o exemplo da partilha de sinergias entre os museus, visto que os custos de organização foram assumidos pelos museus de Albufeira e de Loulé e as inscrições foram gratuitas. Uma oportunidade, até então inexistente na região, para estas categorias profissionais.

No eixo das Parcerias dois projectos foram candidatados ao programa de apoio do Ministério da Cultura (PROMUSEUS). Um na área da Educação, designado “Caixa- Viagem pelas histórias do Algarve”, que teve como parceiros base da candidatura os quatro museus RPM no Algarve – Faro, Portimão, Tavira e Albufeira – e os outros seis museus que à época faziam parte da rede²⁴. Este projecto visa a criação de uma ferramenta pedagógica em torno da Educação Patrimonial e tem como público-alvo os alunos entre os 4 e os 12 anos.

O segundo projecto apresentado centra-se na área da Comunicação e, dentro do princípio de cooperação de geometria variável, foi apresentado apenas pelos Museus de Faro, Portimão, Tavira e Albufeira. Esta parceria tem como finalidade a edição de um guia bi- lingue (português/ inglês) intitulado “4 Museus, 4 Edifícios com História”, onde se pretende levar o visitante a fruir destes espaços e a viajar pelo Algarve para conhecer estes museus.

²⁴ Museu do Traje de São Brás de Alportel, Museu Marítimo Ramalho Ortigão, Museu Municipal de Loulé, Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Museu Dr. José Formosinho de Lagos e Museu Municipal de Lagoa (em projecto).

Ambos os projectos estão em fase de implementação. Em relação ao primeiro projecto, realçamos o trabalho pioneiro realizado pelos vários serviços educativos dos museus algarvios em torno deste instrumento. Porém, foi um projecto que não conseguiu alcançar os objectivos inicialmente delineados, mas permitiu iniciar um trabalho de cooperação entre os vários técnicos, assim como uma abertura de horizontes até então inexistente. Um dos objectivos era o de realizar os conteúdos desta caixa-viagem em conjunto e que servisse de baú das *histórias do Algarve*, onde o público-alvo conseguia com a visita a um destes museus fazer uma viagem ao Algarve arqueológico, ou etnográfico ou de poetas e escritores, etc.

Em relação ao segundo projecto trata-se de uma edição que pretende criar sinergias e aumentar o fluxo de visitantes entre os vários museus, contribuindo para o desenvolvimento da região.

Desde o final do ano passado a Rede de Museus do Algarve tem centrado a sua atenção em dois projectos: um no eixo da formação, a iniciativa “Os Técnicos dos Museus Encontram-se” e outro no eixo das parcerias com a preparação de uma exposição conjunta intitulada “Algarve: Do Reino à Região” que se prevê inaugurar a 18 de Maio de 2010.

A formação e intercâmbio entre profissionais foi uma aposta clara desta rede, tendo sido uma das necessidades mais sentidas. Dessa forma a realização da acção “Os Técnicos dos Museus Encontram-se” foi delineada, para este ano, em torno de três áreas distintas: Inventário, Serviços Educativos e Acolhimento. Mais uma vez, a escolha destes temas surge das necessidades locais. O formato deste dia de encontro prende-se com a apresentação pelos técnicos das suas experiências e dúvidas, privilegiando-se o debate.

O projecto de maior dimensão que a RMA está a desenvolver é a preparação da exposição “Algarve: Do Reino à Região”, o qual irá contar com a participação das 14 unidades museológicas que

fazem parte da rede e tem, em nosso entender, duas mais valias para a região: a produção de conhecimento sobre a região e o incentivo à deslocação das pessoas – locais e visitantes – pelo Algarve, criando fluxos e desenvolvimento.

As exposições irão abarcar um arco temporal desde o século VIII a.C. até à contemporaneidade, permitindo uma nova leitura diacrónica da região.

Estes dois novos projectos permitem, simultaneamente, qualificar as equipas dos museus, qualificar a oferta cultural e museológica da região e qualificar a relação dos museus com as suas comunidades.

Chegou o momento de perspectivar o futuro de acordo com o percurso que a Rede de Museus do Algarve tem vindo a desenvolver. Consideramos que existem vários caminhos possíveis. Assim, vamos indicar alguns dos que podem ser os objectivos desta rede a curto, médio e longo prazo.

A rede museológica algarvia deve, a curto prazo, criar grupos de reflexão específicos que debatam temas concretos de museologia; repensar o modo de funcionamento para que todos os nós da rede se sintam membros activos da mesma; realizar um documento de reflexão anual sobre a realidade museológica regional e os contributos da rede durante esse período e criar uma plataforma de comunicação electrónica.

Como objectivos a médio prazo consideramos a realização de uma programação complementar entre os vários museus; a criação do “Cartão do Utilizador” dos museus algarvios com várias modalidades de descontos e de vantagens e a realização de um Guia dos Museus algarvios em parceria com a Região de Turismo e a Direcção Regional de Cultura.

A longo prazo a Rede de Museus do Algarve deve contribuir para o reforço da imagem regional através de um tecido

museológico perspetivado e pensado em complementaridade territorial. Este objectivo implica uma mudança muito grande de mentalidade, ao nível de como se pensam os museus e ao nível do trabalho com as populações e com o seu sentido de pertença, de memória e de Identidade. As ferramentas da sociomuseologia, instrumentos essenciais para trabalhar com as pessoas num território, preservando e valorizando o Património Cultural, são fundamentais para esta (des)construção territorial e mental.

Conclusão

Este trabalho abordou a noção de rede e de como as redes chegaram à museologia. Concomitantemente, analisámos um caso específico: a Rede de Museus do Algarve.

A noção de rede pressupõe, como vimos atrás, novas formas de comunicar e uma geometria variável em permanente construção, possibilitando uma flexibilidade e um alargamento constantes.

Da análise realizada, a criação das redes museológicas está relacionada com uma necessidade básica: promover a comunicação entre pares e com os públicos. No caso de estudo – Rede de Museus do Algarve – a noção de rede impulsionou a transformação da prática museológica em acções muito concretas:

1. Aumentou a comunicação entre as várias entidades museológicas de forma horizontal e informal;
2. Promoveu o aparecimento de projectos comuns entre museus, sem obrigatoriedades com geometria variável consoante as necessidades de cada parceiro;
3. Possibilitou a troca de experiências profissionais;
4. Permitiu envolver diversos actores – técnicos, políticos – na discussão de projectos de âmbito regional, nomeadamente

o futuro do Museu Regional do Algarve;

5. Permitiu iniciar um diálogo com diversas entidades regionais – Direcção Regional de Cultura, Região de Turismo, Universidade do Algarve, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve e Área Metropolitana do Algarve – na construção de um trabalho comum em torno do Património Cultural regional;

6. Permitiu realizar um diagnóstico do tecido museológico regional e, a partir daí, iniciar um trabalho de verdadeira complementaridade entre as diversas unidades museológicas.

De um tecido museológico que se caracterizava pela ausência de diálogo e pelo aparecimento de projectos isolados, quer dos outros museus quer das pessoas, para a construção de cruzamentos e de comunicação foram necessários dez anos de trabalho efectivo e afectivo. Este processo foi o resultado, como ficou demonstrado, da crescente valorização do papel social dos museus, do reforço da profissionalização das equipas e da necessidade de incluir os museus como agentes de desenvolvimento regional.

Legislação

Decreto 2:042 de 11 de Novembro de 1915, Diário do Governo, I Série, p. 1245-1246. Despacho n.º 616/2000 – Criação da Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museu Lei Orgânica do Instituto Português de Museus, Decreto Lei n.º 161/97 de 26 de Junho. Lei Quadro dos Museus Portugueses, n.º 47/2004 de 19 de Agosto.

Decreto-Lei 215/2006 de 27 de Outubro – Direcções Regionais de Cultura

Diário da República, 2.série — N.212 — 5 de Novembro de 2007 – Regulamento da Rede de Museus e Galerias de Mogadouro

Referências Bibliográficas

- AA.VV. (1997). *Conclusões do 8.º Encontro de Museologia e Autarquias*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão (policopiado).
- AA.VV. (1998). *Museologia e Autarquias, experiências e perspectivas. Actas do VII Encontro Nacional de Museologia e Autarquias*, Seixal: Câmara Municipal do Seixal.
- AA.VV. (2002). *Actas Fórum Internacional Redes de Museus*. Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Rede Portuguesa de Museus.
- AA.VV. (2008). *Rede de Museus do Algarve – Carta de princípios. Museal* n.º 3, Faro: Câmara Municipal de Faro, p. 172-175.
- Agren, P. U. (1979). *Portugal les musées regionaux et locaux*, Relatório n.º 2, Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura (policopiado).
- Ågren, Per-Uno. (2002). *Reflexões sobre a Rede Portuguesa de Museus. In Actas Fórum Internacional Redes de Museus*. Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Rede Portuguesa de Museus, p.17-24.
- Camacho, C. & Freire-Pignatelli, C. & Monteiro, J. S. (2001). *Rede Portuguesa de Museus, Linhas Programáticas*. Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus.
- Camacho, C. (2006). *O Panorama Museológico do Algarve e a Rede Portuguesa de Museus. Museal*, n.º 1, Faro: Museu Municipal de Faro, 2006, p. 08-25.
- Castells, M. (2007). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, A Sociedade em Rede*, Vol. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (1.ª edição 1996).

- Castells, M. (2007a). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, O poder da Identidade*, Vol. II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (1.ª edição 1996).
- Choay, F. (2000). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- Franco, Mário Lyster (1915). Congresso regional algarviom O *Heraldo*, Semanário Republicano Democrático, 31 de Outubro de 1915, ano IV, n.º 2 (301), p. 1. Gameiro, J. (1998). *Património e museologia: da realidade global à perspectiva local*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Algarve.
- Lameiras-Campagnolo, M. O. (1998). Analisar e comparar entidades museológicas e paramuseológicas. In *Actas do VII Encontro Nacional de Museologia e Autarquias*, Seixal: Câmara Municipal do Seixal, p. 97-112.
- Lameiras-Campagnolo, Maria Olímpia e Campagnolo, Henri. (2002). *O conceito de «Rede»: incidências sobre o enquadramento e a coordenação das unidades, museológicas portuguesas*. In *Actas Fórum Internacional Redes de Museus*. Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Rede Portuguesa de Museus, p.25-39.
- Huysen, A. (2009). Sair da Amnésia: O Museu como Meio de Comunicação de Massas, *MuseuMania, Museus de Hoje, Modelos de Ontem* (ed. Nuno Grande), *Colecção de Arte Contemporânea*, 12, Lisboa: Jornal Público e Museu de Serralves, p. 162-174.
- Moutinho, M. (2008). As fronteiras interiores, nos Museus. In *Resumo das Comunicações do 2.º Encontro Transfronteiriço de Museologia, A função social dos Museus*, p. 1- 4 (policopiado).

- Paulo, D. & Gameiro, J. (2009). Rede de Museus do Algarve. In *Boletim RPM Rede Portuguesa de Museus*, n.º 31 (Março), Lisboa: Rede Portuguesa de Museus, p. 7-9.
- Rivière, G. H. (1989). *La Museologia, Curso de museologia/ Textos y testimonios*, Madrid: Akal Ediciones.
- Santos, M. L. L (2005) (coord.). *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, Ministério da Cultura e Instituto Português de Museu.
- Soares, I. (2006). Que redes para o Algarve? Reflexão Crítica. *Museal*, n.º 1, Faro: Câmara Municipal de Faro, p. 26-33.
- Varine, H. De (2003). Testemunhos de alguns museus e museólogos locais, antes da Rede..., In *Boletim RPM Rede Portuguesa de Museus*, n.º 10 (Dezembro), Lisboa: Rede Portuguesa de Museus, p. 12-15.

